

## EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS RURAIS DO VALE DO RIBEIRA(SP): REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA\*

### EDUCATION IN RURAL TERRITORIES OF VALE DO RIBEIRA (SP): REFLECTIONS ON THE CHALLENGES OF QUILOMBOLA EDUCATION

Luiz Marcos de França Dias<sup>1</sup>

Elson Alves da Silva<sup>2</sup>

Lourdes de Fátima Bezerra Carri<sup>3</sup>

Maria Walburga dos Santos<sup>4</sup>

#### Resumo

Refletir sobre a educação em territórios rurais quilombolas do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo é o objetivo deste escrito. Tratando-se da educação escolar, consideramos que há um histórico processo de ausências por parte dos entes governamentais quanto à promoção de políticas públicas, mas não desconsideramos os avanços conquistados pela luta e resistência do povo, organizado nos movimentos sociais negro, do campo e quilombola. Adotaremos como recorte de análise os quilombos localizados no município de Eldorado-SP, especificamente um grupo de 7 territórios rurais, localizados na microrregião. A metodologia consiste em análise histórica e bibliográfica, a partir de pesquisas e escritos sobre a região. A ideia central deste artigo está na discussão de como o movimento social quilombola, mesmo em meio aos entraves postos pelas diferentes esferas governamentais, têm demandado execução de políticas ao estado, sobretudo de educação. Ademais, as reflexões preliminares têm evidenciado que a organização dos movimentos sociais, tem grande papel quando a promoção e demanda de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação Escolar Quilombola; Movimentos Sociais; Vale do Ribeira.

**Dossiê: Artigo Original:** Recebido em 14/06/2025 – Aprovado em 24/09/2025 – Publicado em: 29/12/2025

<sup>1</sup> Quilombola do Quilombo São Pedro, no Vale do Ribeira-SP, graduado em Letras pela Universidade São Francisco (2008) e Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2015), Mestre Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP (2020), Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba, bolsista CAPES. É Docente licenciado de Educação Básica da rede estadual paulista de ensino, colaborador do LaPPAA - Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Ameríndios e Afro-Americanos (UNICAMP) e do CRIEI - Grupo de pesquisas a respeito das crianças, educação infantil e estudos da infância (UFSCAR) . Sorocaba, São Paulo, Brasil. e-mail: [luizketu@gmail.com](mailto:luizketu@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7939-1176> (autor correspondente)

<sup>2</sup> Quilombola do Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira-SP, docente licenciado da Rede municipal de ensino de Jacupiranga-SP, Mestre em Educação (PUC-SP), bolsista CNPq e Doutorando em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGED-So/UFSCar), Câmpus Sorocaba. Sorocaba, São Paulo, Brasil. e-mail: [negroelsson@gmail.com](mailto:negroelsson@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0614-1423>

<sup>3</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1988), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2003) e estágio em pós doutorado na Faculdade de Educação da USP (Fundamentos da Educação). Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba). Sorocaba, São Paulo, Brasil. e-mail: [lourdescarril@ufscar.br](mailto:lourdescarril@ufscar.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9054-6880>

<sup>4</sup> Docente associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Educação e ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGed), atuando no campus Sorocaba. Doutora e mestre em Educação - História e Historiografia - pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada (licenciatura e bacharelado) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua no curso de Pedagogia, área de Educação Infantil. Vice-diretora do Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) e diretora da Divisão de Planejamento do Centro de Ciências Humanas e Biológica (CCHB-UFSCar, gestão 2022-2026). Sorocaba, São Paulo, Brasil. e-mail: [walburgaufscar@gmail.com](mailto:walburgaufscar@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9304-5800>

\* Apoio financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

---

**Abstract**

*The aim of this article is to reflect on education in rural quilombola's territories in region of Vale do Ribeira, located in the State of São Paulo. When it comes to school education, we consider that there has been a historical process of absence on the part of government bodies in terms of promoting public policies, but we do not disregard the progress made through the struggle and resistance of the people, organized in the black, rural and quilombola social movements. Our analysis will focus on the quilombos located in the Eldorado city, in the State of São Paulo, specifically a group of 7 rural territories located in the micro-region. The methodology consists of historical and bibliographical analysis, based on research and writings about the region. The central idea of this article is to discuss how the quilombola social movement, even amid the obstacles posed by the different government spheres, has demanded the implementation of state policies, especially education. In addition, preliminary reflections have shown that the organization of social movements plays a major role in promoting and demanding public policies.*

**Keywords:** *public policies; quilombola school education; social movements; Ribeira Valley.*

## **1 Palavras Iniciais: nós somos o começo**

Em referência ao pensamento do quilombola Antônio Bispo dos Santos (Santos, 2023) iniciamos este escrito, com foco em um diálogo a partir de comunidades rurais quilombolas do município de Eldorado, na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

O contexto desses territórios é permeado pela modalidade de ensino denominada Educação Escolar Quilombola que acontece em um determinado contexto, tempo e espaço, inseridos ou não, em um território quilombola. Ela é, também, objeto de luta desde sua constituição como direito aos sujeitos de direito, por isso não se dissocia de um campo maior, de embate político, histórico, social e ambiental que envolve diferentes agentes. Desta forma, a luta travada por ela não pode ser encarada como algo fragmentado, dissociado das demais. Por isso, ilustraremos, inicialmente, mesmo que de forma rápida e sucinta, esse contexto de inserção da Educação Escolar Quilombola, foco deste escrito.

A história brasileira evidencia a negação de direitos às comunidades quilombolas. Mesmo quando esses são conquistados, nem sempre são efetivados pelo estado brasileiro. Após mais de 300 anos de escravização, o primeiro ato sólido de reconhecimento de direitos a esses povos foi o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, ocorrido nada menos que um século depois da assinatura da Lei Áurea, em 1888; ambos demandados, pelos movimentos sociais negro e abolicionista, respectivamente.

Realizado no ano de 2022, o último censo populacional, pela primeira vez com recorte quilombola, computou uma população de 1.327.802 quilombolas, em mais de 6 mil territórios

---

quilombolas, distribuídos em 1969 municípios, em quase todos os estados do país (IBGE, 2022).

No estado de São Paulo, dados da Coordenação Estadual de Quilombos (CONAQ estadual), do mesmo ano (2022), apontam a existência de ao menos 60 territórios quilombolas, sendo apenas 36 reconhecidos pelo estado e somente 9 titulados. Essa morosidade no processo de titulação inviabiliza e dificulta o acesso a políticas públicas diversas e deixa as comunidades mais vulneráveis a diferentes tipos de ameaças e restrição de direitos.

Na região do Vale do Ribeira, localizada entre os estados de São Paulo e Paraná, o embate não se difere daqueles presentes em outros territórios Brasil afora (Souza, 2008, p.46). Por aqui, o contexto local acumula, infelizmente, histórico de assassinatos e tentativas de homicídio de lideranças quilombolas; invasão de territórios por fazendeiros, palmiteiros e garimpeiros; sobreposição de Unidades de Conservação aos territórios; projetos de construção de barragens, além da morosidade nos processos de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios ancestrais.

Os resultados dos estudos realizados sobre a educação escolar quilombolas estão marcados pela discussão sobre a herança das desigualdades sociais/raciais que atravessam a história da população quilombola, podem ser compreendidas pelo racismo estrutural (Almeida, 2018, p.36; Cunha, 2007, p.73) imbricado sistematicamente em todas as esferas da sociedade capitalista. As autoras Barbara Souza e Givânia Silva (2021) apontam que:

Diversas barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, como educacionais, as de saúde, as ambientais e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais, estão presentes há gerações nas comunidades. O significativo grau de vulnerabilidade nos quilombos se aprofunda em situações de crises graves como a atual. A limitada garantia dos territórios quilombolas é um dos elementos que devem ser destacados (Souza; Silva, 2021, p. 85)

O lugar de partida da nossa voz de anúncio e denúncia através das palavras deste escrito elucidam os diálogos e reflexões sobre a região do Vale do Ribeira e o município de Eldorado-SP que conta com 13 territórios quilombolas.

Segundo dados do último censo, realizado em 2022, 17,2% da população eldoradense se autodeclara quilombola. Mesmo com o maior número de quilombos do estado, a relevância histórica e cultural desses povos para a constituição do município, bem como a presença de vasta área de preservação ambiental nesses territórios, entre outros fatores, não há políticas públicas municipais específicas para tal povo.

Tal fato alinha-se a um contexto maior, de supressão e negação de direitos, visando a manutenção hierárquica do conceito ideológico de raça (Munanga, 2005, p. 22) e a centralização de capital que perdura na modernidade/ colonialidade, ancora a continuidade de privilégios de parte da sociedade e forja a subalternização de povos e comunidades tradicionais (Quijano, 2009, p.113; Dussel, 2016, p.51). É nesse campo de embates, pautados na ideia de colonialidade (Santos, 2015) que se insere a Educação Escolar Quilombola. E diante desse contexto, nosso objetivo neste escrito é refletir sobre a Educação em territórios rurais quilombolas da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

## **2 Educação em territórios rurais quilombolas: embates e reflexões**

As reflexões proporcionadas por este tema, têm sido elaboradas a partir de estudos bibliográficos, a partir de escritos sobre a região, bem como pesquisas empíricas em andamento. Nesse sentido, aqui apresenta-se um recorte de trabalhos futuros que se encontram em andamento, portanto, ainda em delinear da escrita.

Consideramos que há limitações metodológicas, mesmo reconhecendo a etnografia como importante base metodológica para o delinear das pesquisas, principalmente no campo da compreensão das relações de poder e das atuações políticas. Para o tema, há necessidade de maiores aprofundamentos de pesquisas, uma vez que este escrito não consegue abarcar a complexidade exigida para as discussões, mas elucidar e evidenciar mais questionamentos e inquietações.

Na região do Vale do Ribeira-SP, tanto a rede estadual de ensino, quanto rede municipal de educação de Eldorado contam com escolas quilombolas e escolas com demanda. Entende-se por escolas quilombolas aquelas localizadas dentro de territórios de tais comunidades. Já as escolas com demanda são as unidades de ensino que contam com parte significativa de matrículas de estudantes quilombolas, mas não estão localizadas em um quilombo.

Falar sobre como têm se dado os embates pela educação escolar quilombola na região é considerar o contexto de discussão nacional. Sendo assim, mesmo que não de forma detalhada, faz-se necessária abordagem sobre a concepção da Lei 10.639/03 e Resolução CNE/CEB 08/2012, embora, de forma sucinta, seja necessário rememorar. Ambos os dispositivos fazem

---

parte de um rol de conquistas alcançadas pelos movimentos sociais negro e quilombola nas últimas décadas, após lutas e disputas, sendo algumas delas o Decreto Federal 4887/03, a Lei de Cotas (Lei nº 12.990/14), O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº12.288/10), o Decreto Federal 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, entre outros dispositivos.

A Lei 10.639/2003 advém da necessidade de inserção da temática negra em sala de aula e evidência desse povo como produtor de conhecimento e construtor deste país. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei 9394/96), incluindo os Artigos 26-A e 79-B, ela diz respeito, portanto, a todas as instituições de ensino básico do país, apontando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e incluindo no calendário escolar o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB 08/2012) são, também, fruto de reivindicação histórica do movimento social quilombola e do movimento social negro, na busca de uma educação emancipadora (Luiz; Américo, 2021), cujo aprendizado considerasse, também os nossos saberes inscritos em nossos territórios coletivos ancestrais. Ocorre que, a criação de dispositivos legais é essencial para fundamentar toda e qualquer política, porém não garante por si só que essa vá ser implementada. Eis que chegamos às especificidades do contexto do nosso estudo: o município de Eldorado.

Cabe pontuar que os fatos não serão aqui abordados de forma linear, organizados por ano/época de ocorrência, mas, seguiremos, de forma circular, o fluxo da história inspirados nas histórias orais, cotidianas em nossos territórios, herança da tradição oral (Hampaté Bâ, 2010, p.169); possibilitando a retomada e a ligação de um assunto ao outro, sem necessariamente estarem conectados, aparentemente por datas subsequentes.

Márcia Cristina Américo (2015), ao analisar o contexto de famílias do Quilombo Ivaporunduva, comunidade mais antiga do estado de São Paulo, em sua pesquisa identificou que o processo de escolarização ocorreu de forma tardia e precária nas últimas décadas do século XX (Américo, 2015, p.237). O contexto não difere de outros quilombos vizinhos como Galvão, André Lopes, São Pedro, Nhunguara, Pedro Cubas, Sapatú, Pilões, Piririca, Ostra e Maria Rosa que compartilham estreitos laços de parentesco e contexto histórico ligado ao período de exploração de ouro na região (Carril, 1995, p.123; Carvalho, 2006, p.10; Oliveira Júnior *et al.*, 1998, p.08). Somente após a articulação das comunidades quilombolas, sobretudo

---

a partir da década de 1980 é que foram implementadas escolas de Ensino Fundamental I em todos os territórios.

A pesquisa etnográfica que trouxe um panorama da realidade da educação escolar entre os períodos de 1932 a 2013, discutidos a partir dos relatos de quilombolas, mostra que a educação é historicamente um projeto político comunitário quilombola, que envolve, também movimentos sociais, os quais eles integram, visando acesso e permanência a uma educação de qualidade (AMÉRICO, 2015, p.237). Tal reivindicação insere-se no rol de tantas outras visando o fortalecimento comunitário e a resistência quilombola nos territórios coletivos.

Na região, especificamente em alguns territórios quilombolas, somente em meados da década 1980 é que a escola foi institucionalizada. Antes disso, as aulas eram ministradas por professoras leigas, não integrando um sistema de ensino, sem qualquer tipo de registro ou documentação oficial. Isso foi evidenciado, a partir dos anos 2000, quando muitos avôs e avós, retornaram para as escolas, para concluir a Educação Básica, mas nenhum arquivo de comprovação de escolaridade era encontrado nos acervos municipais e estaduais, se tratando de residentes em territórios rurais, sobretudo negros.

Os agora estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) passavam por provas de proficiência, para atestar os conhecimentos e, a partir delas, serem direcionados para as séries/anos correspondentes ao aprendizado.

A organização das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP, em defesa dos seus territórios coletivos, contra as opressões historicamente sofridas, geram historicamente várias frentes de luta política. A primeira delas é o enfrentamento às ameaças, invasões e usurpação dos territórios, através da criação de uma instituição/movimento coletivo.

O exemplo da criação da Associação Quilombo São Pedro, fundada em 1980, na época nomeada de associação de bairro, por não existir o direito constitucional, já que a Constituição Federal de 1988 só foi promulgada 8 anos mais tarde (BERLANGA, 2017, p.226; DIAS, 2020, p.71), nos remete a essência da luta e resistência quilombola, que é o território coletivo ancestral. Após a Carta Magna, todas as comunidades passam a se mobilizar em prol da reivindicação dos direitos recém postos no documento.

A outra frente de luta política que elegemos aqui por ser objeto de nosso estudo é a educação. Já na década de 1990, com as escolas locais de 1ª a 4ª série oficializadas, ainda não era suficiente para conclusão da educação básica. Logo, os estudantes tinham que se deslocar,

---

de ônibus, para a cidade ou distrito, localizados a 60 km e 45 km, respectivamente do quilombo mais distante.

Era comum jovens e crianças saírem de suas casas às 3 ou 4 horas da madrugada, a pé, para pegar a perua-kombi, depois atravessar de balsa e em algumas comunidades de canoa, para então pegar o ônibus (FIORAVANTI, 2015, p.76; DIAS, 2020, p.17). O retorno em casa era apenas às 14h30. Essa realidade foi se modificando anos mais tarde, pelo fortalecimento da luta através da confluência do movimento social local com os movimentos negro e quilombola nacionais, de modo especial à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Em 1999 a Associação do Quilombo Nhunguara já denunciava, através de carta enviada ao Grupo Gestor de Quilombos, o fato de crianças e jovens terem que caminhar quilômetros a pé para tomar o ônibus para cursar os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além disso, a carta denúncia, também trazia a reivindicação de uma escola em território quilombola (PAZ, 2014, p. 60).

O Grupo Gestor de Quilombos foi criado através do Decreto Estadual nº 41.774/97, que na ocasião criou um Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado, ocupadas pelos remanescentes de quilombos. A composição incluía membros de vários órgãos estaduais, entre eles, Secretarias de Justiça e Cidadania, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, Cultura; Procuradoria Geral, entre outros, além de setores não governamentais como Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho da comunidade negra, entre outros.

Podemos dizer que a denúncia apresentada pelo Quilombo Nhunguara teve, também caráter de petição, que se estende aos anseios das demais comunidades vizinhas, uma vez que enfrentavam, historicamente, a mesma problemática. Conseqüentemente, após décadas de reivindicações, que remontam os anos 1970 (AMÉRICO, 2015, p.237), no ano de 2001 o Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 45.624/01 criou a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, atendendo a reivindicação das comunidades.

O tempo dos trâmites e burocracias governamentais não corresponde a necessidade de quem sofre o racismo cotidianamente ao ir para a escola, logo, no ano de 2002, reunidas no VII Encontro de Quilombos do Vale do Ribeira, representantes de diversas comunidades quilombolas da região escreveram uma carta, enviada ao Conselho Nacional de Educação, com mais de 10 pontos de reivindicação. Entre elas estavam a construção de escolas, melhoria na

---

qualidade de ensino, oferta de educação diferenciada, condizente com a realidade dos estudantes, alimentação escolar de qualidade, entre outros. Somente mais tarde, no ano de 2006, a EE Maria Antonia Chules Princesa iniciou suas atividades no Quilombo André Lopes, atendendo também estudantes de outros 6 territórios: Nhunguara, Sapatú, Ostras, Ivaporunduva, Galvão e São Pedro.

A partir da construção da referida unidade de ensino, as distâncias percorridas pelos estudantes passaram a ser menores. Aqueles que residem no território mais distante, agora tomam o ônibus às 6h da manhã e não mais às 4h30; porém é necessário atentarmos ao fato de que construir escola em território quilombola e encurtar as distâncias contribui significativamente na aprendizagem, mas não, necessariamente, significa implementar uma educação escolar quilombola, de fato. Historicamente, essa tese, muito infelizmente, vem sendo reafirmada e mantida por parte dos poderes públicos municipais e estadual, explícitos através das ações (ou da falta delas), que tem afetado a educação escolar em comunidades quilombolas.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em parceria com movimentos sociais quilombola, negro e de educadores populares, realizou, em 2015, um ciclo de quatro audiências públicas para debater sobre o tema educação diferenciada no Vale do Ribeira, levantar demandas e avaliar a implementação de políticas públicas de educação escolar quilombola, indígena e do campo.

Os encontros foram realizados nos municípios de Cananeia, Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo e tiveram massiva participação de povos e comunidades tradicionais da região, que, por sua vez, denunciaram a negação e supressões de direitos e apontaram “diversas irregularidades relacionadas à prestação dos serviços escolares” (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2020, p.11).

Entre as denúncias estavam a oferta de merenda escolar não adequada aos hábitos alimentares locais; transporte inadequado, com falhas ou inexistente; ausência de cursos de formação para docentes, que por vezes não têm familiaridade com o ambiente de inserção da escola; falta de currículo e atividades pedagógicas que valorizem os saberes locais, a resistência pelo território e o modo de vida dos povos locais, entre outros (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2020, p.11).

Nesse sentido, concordando com Maria Walburga dos Santos, ao pesquisar a relação entre o lúdico, o brincar e os saberes da terra no Quilombo Bombas, se “a educação mesmo em espaços e processos informais é mediada e compreendida pelos traços culturais da comunidade”

---

(SANTOS, 2010, p. 62), então a escola deve estar em consonância com os territórios locais. Nesse sentido, as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais no campo da educação estão estritamente entrelaçadas com o fortalecimento deste público, em seus territórios, e são somadas a outras demandas, como a de inserção de jovens nas universidades e possibilidade do retorno deles aos seus locais de origem colaborando na gestão territorial.

O ciclo de audiências públicas teve em sua comissão de organização, quilombolas membros das associações de seus respectivos territórios, que acessaram curso universitário em municípios distantes de Eldorado, através de políticas públicas, mas retornaram e permaneceram nos quilombos. Sobretudo a partir dos anos 2000, alguns jovens conseguiram acessar licenciaturas em instituições de ensino superior, através de bolsa de estudos. Muitos acabaram retornando, sem concluir os cursos, por não terem condições financeiras de permanecer nas grandes cidades. Já os que conseguiram finalizar os cursos, evocam dois processos, descritos a seguir.

O primeiro é a provocação da academia para observação de outros saberes, deslocando o “produzir conhecimento sobre”, para o “produzir conhecimento com” os sujeitos, agora presentes nesses espaços. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes, pontua que o comprometimento forjado pelos diversos movimentos sociais nas universidades propiciou o desencadear de produção de conhecimento que extrapola “a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento ‘sobre’ os movimentos e os seus sujeitos” (GOMES, 2009, p.421).

Já o segundo processo diz respeito a inserção desses jovens nos diferentes campos de luta, como a pauta de regularização fundiária/territorial, ambiental e da educação. O incessante processo de formação vai ocorrendo concomitante as lutas. A nossa inserção no espaço universitário não pode ser simplesmente estética, mas sim levamos conosco a nossa corporeidade, o “nosso território, o nosso pensar e os nossos saberes” (SILVA, 2021, p.72) para esse espaço. Ao estar em salas de aula, como docentes nas redes públicas de ensino, esses “intelectuais engajados” (GOMES, 2009, p.496), passamos a tensionar o espaço escolar, que, aos poucos, muito vagorosamente, vai sendo obrigado a deslocar-se de promotor de conhecimentos hierarquizados/hierarquizantes e, portanto, hegemônicos, para espaço de promoção de educação para equidade e reconhecimento de outros saberes como válidos.

Convém pontuar que o movimento das comunidades quilombolas, através das associações locais, pautado na necessidade do acesso à universidade, para além das bolsas de

---

estudos, ofertadas, geralmente em instituições e cidades distantes, ocorreu também no sentido de trazer possibilidades de oferta de ensino superior no centro do município de Eldorado.

No ano de 2007, após diversas reuniões, envolvendo também membros de outros territórios quilombolas e do movimento negro, a Associação Quilombo Ivaporunduva, firmou parceria com a Universidade Metodista de São Paulo e foi criado um polo de graduação EAD (Educação a Distância) no centro do município. No mesmo ano, o gerenciamento do polo passou a ser realizado pelo recém-criado Centro de Educação, Profissionalização e Cultura Empreendedora (CEPCE), uma organização não governamental e sem fins lucrativos, fundada por quilombolas e não quilombolas, com objetivo de dar suporte às comunidades, para além do ensino à distância.

Após ter recebido mais de 120 alunos, sendo cerca de 15 quilombolas que conseguiram finalizar a graduação, com apoio financeiro de padrinhos para as mensalidades, o centro fechou as portas, após não quilombolas assumirem a gestão e pelo não apoio do poder público local. Ao certo que essa é uma das diversas ações que o movimento quilombola realizou, no campo da educação, mas para além do município, outras demandas também foram solicitadas, por exemplo, ao Governo do Estado, especificamente à Secretaria de Estado de Educação.

No ano 2011, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, foi criado o Núcleo de Inclusão Educacional, que fomentou a criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Quilombola em 2013; este, composto por representações quilombolas de todo o estado, membros de universidades estaduais e de secretarias governamentais.

Essas possibilidades de educadores e educadoras quilombolas e demais lideranças, demandarem do estado em espaços criados para isso, tiveram como desdobramentos ações de formação de docentes, formação e visita de técnicos de diversos setores do governo à realidade de uma comunidade quilombola, escrita de material de apoio para as escolas, além de denunciarmos a ausência, e demandarmos do governo, a oferta de educação escolar dentro do Quilombo Bombas, em Iporanga, sem necessidade dos estudantes terem que se mudar para a cidade após concluírem os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Depois de sucessivos solicitações infrutíferas à Secretaria de Educação, a alternativa foi o ajuizamento de uma Ação Civil Pública em face ao estado, pela Defensoria Pública do Estado-Regional Vale do Ribeira. Hoje ainda há muito a ser melhorado, no território em questão, por exemplo, mesmo após ação judicial obrigar o poder público a construir estrada de acesso à

---

comunidade, tal decisão ainda não saiu do papel; porém, no caso da educação supramencionado, os estudantes são atendidos na própria comunidade, sem necessidade de residirem na cidade.

No ano de 2017, o governo do estado extinguiu o Conselho Estadual de Educação Escolar Quilombola, a partir de uma reestruturação da Secretaria de Educação, deixando-o sem amparo legal. Mais uma vez o povo quilombola tem o seu acesso privado a um importante espaço de diálogo conquistado, através de uma ação que desrespeita totalmente o direito à consulta livre, prévia e informada das comunidades quilombolas, conforme prevê a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, cujo Brasil é signatário.

Ao certo que o nosso foco aqui não é o aprofundamento em um único ponto, mas todos aqueles aqui apresentados são essencialmente necessários, pois compõem um todo que evidencia o processo de resistência das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Ademais, o que até agora tentamos evidenciar foram as investidas do movimento social quilombola na busca de instituição de políticas públicas. Em todos os casos citados, as proposituras estão no âmbito da militância, porém ancorada nas questões normativas e de instituição de dispositivos legais, que se tornem políticas de estado, não ações de governo.

### **3 Nós somos o meio: Políticas de Educação Escolar Quilombola como necessidade e urgência**

Concebemos como necessárias e urgentes as proposituras e investidas contra as ações do estado, com foco nas políticas estaduais, visando garantia de uma política de educação escolar quilombola. Por outro lado, se tratando da rede municipal de ensino de Eldorado, as ações, para além de essenciais, tornam-se a cada dia mais urgentes.

As escolas quilombolas<sup>i</sup> deste contexto são as que mais demoram a receber reformas quando necessário; muitos dos materiais são reaproveitados de outras unidades de ensino; há vasto histórico de morosidade na contratação de docentes, deixando estudantes sem aula por mais de uma semana, geralmente no início do ano letivo, entre outros problemas de infraestrutura.

Ao pensarmos as questões pedagógicas e da docência, na lista de demandas temos a inexistência de programa de formação continuada de docentes na temática quilombola ou de Educação para as relações étnico-raciais próprias do município, a ausência de plano de carreira

---

do magistério, a ausência de fomento a estudos de campo nos territórios, as ausências de currículo e de trabalho com direcionamento às aprendizagens significativas contextualizadas a partir da realidade dos estudantes. Se continuarmos, a lista, com certeza ocupará mais algumas linhas deste escrito; mas isso não quer dizer que não existam ações contracoloniais sendo realizadas na rede municipal de ensino de Eldorado.

Nos últimos anos, com a pequena inserção de docentes quilombolas e aquilombadas, através de processo seletivo por tempo determinado, há um aumento das provocações e um deslocamento das gestões municipal e escolar e de docentes quanto ao pensar e realizar práticas pedagógicas voltadas à Resolução CNE/CEB nº 08/2012 e Lei 10.639/2003. O município não possui mecanismos que compilem e sistematizem tais práticas. Somado a isso, não possui normativa específica e, tampouco observa a importância das legislações supralegais já estabelecidas.

O objetivo aqui é apresentar, de forma mais detalhada, um panorama sobre o processo de criação de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola, mas sem deslocá-lo de um campo macro, que envolve um histórico de negações e ausências das estruturas públicas educacionais às comunidades quilombolas. Se há algumas décadas a luta era pela construção das escolas nos territórios, conduzida pelos mais velhos e mais velhas, letrados na roça; as gerações mais atuais apontam a continuidade dessa luta, intercalando as atividades laborais com o meio acadêmico.

Falamos de um movimento que envolve diferentes gerações, que compartilham conhecimentos, saberes e ao mesmo tempo compõem as táticas de resistência para permanência nos territórios (DIAS, 2020, p 98). Ao serem resultado desse processo de reivindicações e proposições de políticas públicas educacionais, agregam novos olhares na constituição do movimento quilombola (SOUZA, 2008, p.164), aliam-se às gerações passadas, ouvindo as experiências, sendo aconselhados e, ao mesmo tempo, interpretando e atuando junto as questões burocráticas, que sempre foram impostas, propositalmente como tabu ao nosso povo.

No campo da educação escolar, sabemos que a prerrogativa de implementação de tais políticas é do estado, porém não é exclusiva dele. Concordando com Nilma Lino Gomes (2019), as demandas são “discutidas, pleiteadas e acompanhadas pela população, pelos organismos políticos, internacionais, pelos movimentos sociais, pelos sindicatos, pelas associações e por outros coletivos da sociedade”(GOMES, 2019, p.145); dessa forma, o movimento social quilombola vai se organizando e tomando a dianteira para a reivindicação de tais políticas.

---

Especificamente no mês de Junho de 2021, um grupo de docentes lideranças quilombolas tomou a iniciativa de chamar uma reunião com a diretora do Departamento Municipal de Educação, visando iniciar diálogo com objetivo de criação de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola. Após iniciado, por uma série de questões, a agenda ficou paralisada e só foi retomada em outubro de 2022, quando realizou-se a segunda reunião, já com a presença de defensor público e psicóloga, representantes da Defensoria Pública do Estado-Regional Vale do Ribeira, que tem acompanhado todo o processo, a convite do movimento quilombola. Nesse encontro, o avanço foi a propositura de criação de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do poder público municipal, movimento quilombola e instituições parceiras, institucionalizado via normativa municipal, para direcionamento dos trabalhos, que passaram a ser realizados, praticamente uma vez por mês.

Em fevereiro de 2023, criamos, discutimos e aprovamos o texto e em março, o prefeito promulgou o Decreto Municipal nº 1157/23, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudo e debates visando a elaboração de diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola na rede municipal de ensino da Estância Turística de Eldorado.

O Decreto incluiu, além de representações das associações quilombolas, membros da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS FUNDEB), Defensoria Pública Estadual, Conselho municipal de educação, docentes, coordenadoras pedagógicas, diretoras de escolas e diretora do departamento municipal de educação. Eis que tal ato normativo, mesmo parecendo simples, diz muito a respeito da necessidade de regulamentar ações no âmbito jurídico. Nos meses seguintes, as atividades passaram a ser direcionadas à preparação de uma audiência pública, cujo objetivo foi o de atualização e levantamento de demandas educacionais para composição de texto visando o estabelecimento de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola.

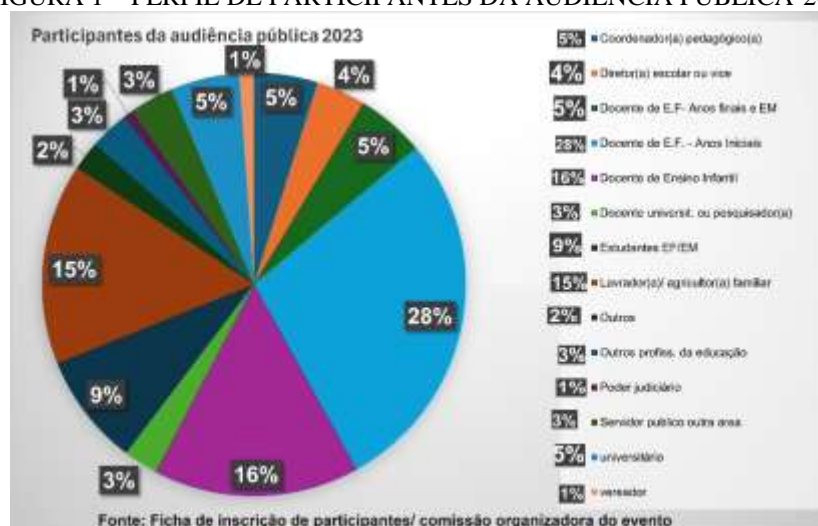
Cada representação ou segmento se responsabilizou por uma ou mais tarefas, a saber a escolha e organização de pessoas para realizar o credenciamento, conferencista para a mesa de abertura, convites para diferentes autoridades e representantes de universidades, apresentação do evento, organização do espaço, escolha e orientação de integrantes da mesa receptora, elaboração de formulário de inscrição, entre outras.

Cada reunião integrou, também, um processo formativo à docentes e gestores(as) da rede municipal em relação a temática quilombola. Em 20 de outubro de 2023 o evento foi realizado

no centro do município e contou com mais de 270 pessoas, incluindo lideranças de comunidades/associações quilombolas de Eldorado, Jacupiranga, Itaóca, Iporanga e Iguape, pais, mães e outros responsáveis por estudantes, professores, diretores, estudantes secundaristas e estudantes universitários, a juíza da comarca de Eldorado, o prefeito, vereadores, promotores de justiça, membros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Regional Vale do Ribeira), coordenadores da CONAQ, do Coletivo de Educação da CONAQ, da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ), Coletivo Mulheres Quilombolas na Luta<sup>ii</sup>, Centro de Inclusão Educacional (Secretaria de Estado de Educação), Instituto Socioambiental, Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira-SP (COOPERQUIVALE), Grêmio Estudantil da Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa e Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira.

A Figura 1 evidencia a presença de diversos segmentos e suas representações, no entanto, alguns dados carecem de atenção maior e uma rápida discussão. O percentual de vereadores só chegou a 1% porque também participaram parlamentares do município vizinho, Iporanga. Já a categoria “outros profissionais da educação- 3%” agregou motoristas, auxiliares, e outros do campo não pedagógico, mas que atuam na prestação de serviços escolares.

FIGURA 1 – PERFIL DE PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA-2023



FONTE: Elaborado pela comissão organizadora da audiência, 2023, sem publicação.

Se somadas as categorias de docência na Educação Básica, 49% dos presentes atuam em sala de aula e tal percentual só foi elevado devido a solicitação dos movimentos e instituições ao Departamento Municipal de Educação para a convocação desses profissionais. Além disso,

outros 9% se identificaram como membros de equipe gestora (coordenador/a ou diretor/a). E, por fim, mesmo não presente na Figura 1, vale ressaltar que, as inscrições apontaram que 41% dos presentes se identificam como quilombolas, 1% pertence a outros povos ou comunidades tradicionais e a maioria, 58% não se identificou como quilombola ou pertencente a outro segmento de povos e comunidades tradicionais.

Quanto à dinâmica da audiência, primeiramente ocorreram as inscrições, de forma online, e no dia, a confirmação ocorreu presencialmente nas mesas de credenciamento. Em seguida, ocorreram as falas das lideranças comunitárias, de movimentos, instituições e demais autoridades. Logo após, na conferência de abertura, o professor palestrante do movimento quilombola trouxe o histórico de construção das ações e evidenciou as graves falhas do estado e do município em relação ao atendimento às comunidades quilombolas, relacionando, inclusive, demandas atuais que já haviam sido denunciadas no ciclo de audiências públicas sobre educação diferenciada, ocorrido no ano de 2015, na região.

Em seguida a conferência de abertura, membros do Grupo de Trabalho criado para direcionamento da pauta, juntamente com docentes pesquisadores/as das universidades, convidados/as a colaborarem na coordenação dos GTs, dividiram os participantes em cinco grupos, para discussões por eixo temático: Eixo 1- Formação Docente e gestão participativa, Eixo 2- Currículo diferenciado e Projeto Político Pedagógico, Eixo 3- Monitoramento, fiscalização e movimentos sociais, Eixo 4- Infraestrutura, alimentação escolar e transporte e Eixo 5- Juventudes e infância quilombola e educação. Na ocasião, colaboraram no processo de forma presencial docentes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Instituto Federal da Bahia, Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Após discussões em cada GT, os resumos das demandas foram expostos à plenária e o conteúdo mais denso apresentado via relatório por um(a) relator(a), uma semana depois. Vale ressaltar que o foco aqui não é adentrar nas discussões dos eixos temáticos, sugerido para outra possibilidade de escrito, mas sim pontuar o processo de realização.

Em formato online e de forma colaborativa, após a audiência pública, as demandas foram incluídas no texto da minuta, que já tinha como base as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Eis que o novo texto fora finalizado e submetido à docentes, lideranças comunitárias, advogados e gestores escolares, e posteriormente protocolado, em mãos ao prefeito municipal.

Após passar pela assessoria jurídica e posteriormente pela Procuradoria do Município, o prefeito não deu prosseguimento na proposta, mesmo após cobranças do movimento social quilombola. O ingresso no período eleitoral, a partir do meio do ano de 2024 e a definição de um prefeito para o município, somente após eleições suplementares realizadas em Abril de 2025, por impossibilidade do prefeito eleito assumir, pela condenação por improbidade administrativa, dificultaram ainda mais o andamento da pauta. Atualmente, estão ocorrendo novos ajustes e atualizações, com a inserção de menções à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Equidade) no texto, além de articulações das associações e membros do Coletivo nacional de Educação da CONAQ com a Defensoria Pública Estadual e câmara de vereadores para o avanço da pauta.

Ao certo que a criação da lei ou de qualquer dispositivo legal não garante a implementação, de fato, de uma política, além disso, caso fosse de interesse da gestão municipal, passos maiores em direção a apresentação do texto em formato de projeto de lei na câmara, já teria ocorrido, por parte do executivo; no entanto, o movimento aqui apresentado, constitui-se como um ato de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008, p.290), inserido num campo maior, que DIAS (2020, p.153) denomina projeto político epistêmico quilombola, que visa o deslocamento do município para a temática. Muito há, ainda, a ser melhorado, porém, ao retomarmos o histórico recente, mesmo aqui neste escrito, poderemos perceber que a esperança vem da luta e resistência dos movimentos sociais, expressadas através de demandas, que visam uma outra concepção de sociedade, igualitária e que garanta os direitos essenciais a todos e todas.

#### **4 Somos o começo, o meio e o começo: seguindo a prosa e reflexões**

Considerando as ideias de abertura deste texto, utilizando-se do conceito de “começo, meio e começo”, do quilombola Antonio Bispo dos Santos, pontuamos a circularidade dos diálogos em torno da temática aqui abordada, mas compreendendo que as discussões não se esgotam com este escrito, e muito menos este é o objetivo. Ponderamos que as nossas considerações são parciais, possibilitando um desencadear de ideias e reflexões. Dessa forma, trouxemos aqui um pouco do histórico da educação escolar e da educação escolar quilombola

---

em comunidades do Vale do Ribeira, com foco no município de Eldorado, refletindo sobre políticas estaduais e propositura de política pública municipal de educação.

As reflexões se deram, a partir de três campos, que ao mesmo tempo se interligam: os avanços até aqui conseguidos, os desafios que temos tido na implementação de políticas públicas de educação para a população quilombola e as perspectivas e rumos da prosa, que ainda são desconhecidos, mas podem ser planejados, na atualidade.

No campo dos avanços podemos pensar numa série de ações aqui apresentadas, porém sem dissociá-las do principal, que é o território coletivo ancestral. Sem ele não há educação, não há luta nem resistência, e é nele que se inscrevem os saberes e encontra-se nossa força e sabedoria para o enfrentamento cotidiano às opressões que recaem sobre o povo negro e quilombola.

É pensando nos desafios que nós, quilombolas também somos desafiadas a criar, internamente, formas de gestão territorial, que são as associações; e ao mesmo tempo, externamente, táticas de enfrentamento, que vão desde a busca por apoio institucional até a propositura de dispositivos legais para garantia de direitos negados pelo estado brasileiro. É dessa forma que surgem as diversas frentes de luta dos nossos movimentos sociais quilombolas pelo território, pela saúde, pela educação, pelo direito ambiental, entre outras, e nelas é que vão se inserindo docentes, advogados, gestores, pedagogas, entre outros, frutos das primeiras reivindicações de políticas de inclusão no ensino superior, por parte dos movimentos quilombola e movimento negro.

No campo das perspectivas futuras, por fim, é necessário consultamos os avanços e experiências e, então entendermos os desafios passados para propormos. E é nesse contexto que emergem as nossas necessidades e urgências, na educação escolar quilombola. Na escola estadual as proposições chegam à equipe gestora, através de lideranças comunitárias, como provocações a promover, aos alunos, estudos de campo nas comunidades quilombolas locais, ou a incentivar a participação dos docentes em cursos ofertados pelo movimento social quilombola; uma vez que instituição de políticas públicas de estado ou até mesmo de governo são quase que incogitáveis na atual gestão estadual, haja visto o posicionamento de extrema direita, que não reconhece e massacra as minorias, entre elas, os povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, a tática de atuação tem ocorrido entre o movimento quilombola, a gestão escolar e profissionais engajados, atuantes ou não no espaço escolar.

---

Ainda no campo das perspectivas futuras, mas em âmbito municipal, a tática tem sido a provocação as práticas pedagógicas já existentes, geralmente executadas quando há a presença de docentes quilombolas ou aquilombadas e a busca pela implementação de legislação específica. A inserção de docentes quilombolas e aquilombadas na rede de ensino, através de concurso público ou processo seletivo, tem evidenciado a importância da presença dessas profissionais nesses espaços e o quanto é possível termos uma educação etnicamente referenciada, que valorize a roça, o território, as práticas e saberes quilombolas e do campo.

Nesse intuito, consideramos que a efetivação de diretrizes municipais ampliarão, ainda mais, o desenvolvimento de um currículo diferenciado, não no sentido de abandono do que está posto como conhecimento, mas no campo de convergência e do agregar outros saberes aos já existentes. Um currículo que valorize a cultura das nossas comunidades quilombolas (SILVA, 2012) e que o estudante se reconheça no seu processo formativo, com estrutura que possibilite a formação docente e aproximação com o contexto quilombola, visando criação e ampliação de práticas pedagógicas antirracistas e emancipadoras.

O conceito que abre as seções deste escrito, nos leva reflexões sobre as demandas das comunidades quilombolas. Se a “geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Santos, 2023), então podemos considerar que antigamente, a geração avó demandava à construção de escolas nos territórios, entre outras pautas; mais recentemente, a geração mãe, focou e tem focado no processo de envio de seus filhos e filhas às universidades para ancorarem a luta pela melhoria da oferta de ensino e discussão de políticas de inclusão e currículo.

Hoje, a geração neta está tendo acesso ao curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Pedagogia-Educação Escolar Quilombola e Aperfeiçoamento de professores em Educação Escolar Quilombola, pela Universidade Federal de São Carlos, ofertados dentro de territórios quilombolas.

O conceito é evidenciado na prática, também, a partir da produção de livros, artigos e outros materiais, além da ocupação de espaços em níveis local, regional, estadual e federal, como conselhos, instituições governamentais e movimentos sociais, por jovens e adultos quilombolas, discutindo a criação, implementação e acompanhamento de políticas públicas em diferentes campos.

Perante o atraso que fomos colocados enquanto povo negro quilombola, o nosso movimento social, se considerarmos um contexto maior, com certeza continua em contraponto e fazendo frente a histórica supressão de direitos e se fortalece na experiência, esperança e resistência quilombola, pautada na ancestralidade africana e na luta cotidiana, junto com as lideranças mais velhas.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMÉRICO, Márcia Cristina. **Ivaporunduva e Macuanda**: estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade. 2015. 323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015.
- DIAS, Luiz Marcos de França. **Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP)**: saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2020.
- BERLANGA, Maria Sueli. Luta pelo território é marca intrínseca do povo quilombola. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (org.). *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira-SP*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. p. 218–252. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_relata\\_1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relata_1(1).pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.
- BRASIL**. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 26 jul. 2019.
- BRASIL**. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 20 nov. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 26 jul. 2019.
- CARVALHO, Maria Celina P. **Bairros negros do Vale do Ribeira**: do “escravo” ao “quilombo”. 2006. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique; RAMOS, Maria Estela R. (org.). **Espaço e afrodescendência urbano**: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 62-87.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan./abr. 2016.

FIORAVANTI, Carlos. Com os pés fincados na história. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 232, p. 74–81, jun. 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/com-os-pes-fincados-na-historia/> Acesso em: 12 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 495-516.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN**, v. 11, n. esp., p. 141–162, 2019.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. Tradição viva. In: ZERBO, J.K (org.). **História geral da África I**. Brasília: MEC/Unesco, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil – População quilombola**. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22327-quilombolas.html>. Acesso em: 20 abr. 2025

LUIZ, Viviane M.; AMÉRICO, Márcia C. Organização das mulheres quilombolas do Vale do Ribeira: ativismo social e político e as contribuições de bell hooks. In: MARTINHAGO, Ana Paula Galante (org.). **Educação emancipatória: perspectivas teóricas e práticas na diversidade**. Campinas, SP: Apparte, 2021. p. 42-62.

LUIZ, Viviane Marinho. **O Quilombo Ivaporunduva a partir do enunciado de suas crianças**: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Lisangela Kati; TEIXEIRA, Gabriel da Silva. **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira**: violações de direitos e conflitos. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial: 2020.

NASCIMENTO, Lisangela Kati. **Identidade e Territorialidade**: os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAZ, Maura R. P. História da escola Chules Princesa e a luta por uma educação diferenciada. **Comunicações**, Piracicaba, v. 21, n. 1, p. 55-66, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

SANTOS, Antônio Bispo dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília. INCTI/UnB, 2015.

---

**SÃO PAULO (Estado).** *Decreto nº 45.624, de 15 de janeiro de 2001.* Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

SILVA, Givania Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. **Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia.** Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10529>. Acesso em: 05 jun. 2024

SILVA, Givânia Maria. **Educação como processo de luta política:** a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de conceição das crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo Nunes de; STUCCHI, Deborah; CHAGAS, Mirian de Fátima; BRASILEIRO, Sheila dos Santos. **Lauda antropológico:** Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatú, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões – Vale do Rio Ribeira de Iguape – SP. São Paulo: Ministério Público Federal, 1998.

---

<sup>i</sup> Ao tratarmos de questões curriculares e de estrutura, falamos aqui de todas as escolas municipais que atendem estudantes quilombolas. Ao pensarmos em práticas pedagógicas e gestão escolar, estamos nos referindo as Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIFs) localizadas nos quilombos André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, São Pedro, Galvão e Sapatú, que mesmo estando em territórios distantes e diferentes, compartilham a mesma diretora e mesma coordenadora pedagógica.

<sup>ii</sup> O Coletivo Mulheres quilombolas na Luta é um movimento que congrega mulheres de 4 territórios (São Pedro, Ivaporunduva, Galvão e Nhunguara), que se reúnem mensalmente para formação em diversos temas como política, enfrentamento as opressões de raça, classe e gênero e todas as formas de preconceito. Diz de um movimento de dentro, que fala para mulheres de dentro. É um “nós por nós”, essencial não só para o fortalecimento da mulher, mas dos territórios.